



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2025 a 31/10/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR "COP"

Documento 1/22

206.2025	Sessão Ordinária - CD	01/10/2025-18:40
Publ.: DCD - 02/10/2025	Lídice da Mata-PSB -BA	
148	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou a votação do projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e concede descontos até 7.300 reais, conforme relatório do Deputado Arthur Lira. Destacou que a medida beneficiaria cerca de 14 milhões de pessoas, enquanto apenas 140 mil, com renda acima de 50 mil reais, passariam a contribuir mais. Em seguida, comparou a carga tributária brasileira, ainda centrada no consumo, com a de países da OCDE e dos Estados Unidos, onde a tributação incidia sobre a renda. Também criticou a resistência histórica da Câmara em legislar em favor da maioria e elogiou iniciativas de proteção a crianças e adolescentes levadas pela Ministra dos Direitos Humanos para grandes eventos, como a COP 30.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não posso deixar de registrar minha alegria ao ver este Plenário se preparando para votar este projeto, que certamente será um dos mais importantes nesta Casa neste ano, o projeto que isenta do pagamento do Imposto de Renda aqueles que ganham até 5 mil reais e reduz o daqueles que ganham até 7 mil reais, conforme o texto original, ou 7.300 reais, de acordo com o parecer do Deputado Arthur Lira. Isso significará um benefício para cerca de 14 milhões de pessoas no Brasil. Já o número daqueles contribuintes que passarão a pagar algo a mais, que ganham acima de 50 mil reais por mês, é de 140 mil pessoas. Portanto, não há comparação entre aqueles que serão beneficiados e aqueles que, em tese, serão sobrecarregados.

Agora, se compararmos o Imposto de Renda dos países mais desenvolvidos, integrantes da OCDE, como os Estados Unidos, que cobram imposto centrado na renda e não no consumo, vamos perceber que eles pagam alíquotas muito maiores do que aquelas cobradas no Brasil, que, infelizmente, ainda tem um regime fiscal que se concentra no imposto sobre o consumo, penalizando,

portanto, os mais pobres.

Hoje é dia de alegria, sim. E é preciso parar com esse choramingo em relação àqueles que vão perder um pouco. Esta Casa, toda vez em que se tenta tirar um pouquinho daqueles que podem mais, ela reage, ela reclama, ela fica de muxoxo. Esta Casa está acostumada a legislar para os poderosos deste País. Infelizmente, ao longo dos últimos 30 anos, esta Casa Legislativa nem sempre abrigou os interesses daqueles que mais precisam. Ela tem sido um freio significativo nas importantes reformas políticas que visam a fazer com que o povo seja privilegiado no orçamento federal.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero elogiar a Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, que vai levar para a COP 30 uma vitoriosa experiência da Bahia, o plantão de proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos, a exemplo do carnaval, das micaretas.

Parabéns ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, que viabiliza, com muita categoria e competência, essa experiência muito positiva de proteção das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

Documento 2/22

209.2025 Sessão Ordinária - CD 07/10/2025-14:56
Publ.: DCD - 08/10/2025 - Airton Faleiro-PT -PA
62

BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

O Deputado defendeu a criação de novos Municípios no Pará, ressaltando que o Estado ainda carece de reorganização territorial e que a lei federal precisa ser atualizada para permitir novas emancipações de forma responsável. Em seguida, destacou a visita do Presidente Lula ao Pará, com início em Breves (PA), no Marajó, onde foram inauguradas diversas obras retomadas pelo atual Governo, especialmente em educação e saúde. Lembrou o pedido de criação da Universidade Federal do Marajó (UFM), proposta por ele, como símbolo de desenvolvimento regional. Relatou também a passagem de Lula por Belém (PA), sede da futura Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), destacando os investimentos federais em obras estruturantes que deixarão legado permanente, fortalecendo a economia e o turismo locais. Por fim, agradeceu ao Presidente Lula e ao Governador Helder Barbalho pelo trabalho conjunto e afirmou que o Pará não será mais o mesmo depois da COP 30.



O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu começo onde V.Exa. parou. Muitos Estados brasileiros não precisam mais de novos Municípios, porque já os criaram em tempos atrás, mas muitos Estados brasileiros precisam de novos Municípios, entre eles o Estado do Pará. Nós precisamos resolver isso com a lei federal. Estamos com as mãos amarradas, enquanto não alterarmos a lei federal que permite a criação de novos Municípios com projetos interessantes. Há regras que não permitem abrir-se a porteira para sair criando Município de forma desordenada.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero falar da visita do Presidente Lula ao Estado do Pará neste final de semana. Começamos pelo Município de Breves, lá no coração do Marajó, onde inauguramos dezenas de obras que estavam paradas. Haviam sido paralisadas pelo Governo anterior, mas já foram retomadas e concluídas no Governo do Presidente Lula. São obras tanto na área da educação como também na área da saúde: creches, Unidades Básicas de Saúde — UBS e tantas outras obras importantes.

Esta foi uma oportunidade de os Prefeitos da região e a sociedade civil pedirem ao Presidente Lula a criação da Universidade Federal do Marajó. Eu inclusive fui mencionado como o Deputado que apresentou o projeto de lei para criar a Universidade Federal do Marajó. Nós temos a oportunidade de avançar e criar uma universidade para aquela região tão carente, com uma cultura tão forte, a de um povo pujante.

O Presidente Lula foi à capital do Estado, Belém do Pará, onde acontecerá a COP. Lá visitamos as obras que vão abrigar, que vão recepcionar quem vier participar da COP 30, mas o que fica lá é um legado para sempre. O Estado do Pará, em especial a capital paraense, não será mais a mesma, depois de tantos investimentos do Governo Federal com obras estruturantes que vão impulsionar a nossa economia, em especial o turismo.

Obrigado, Presidente Lula, por tudo que tem feito no Pará, por tudo que tem feito para, junto com o Governador do Pará, realizarmos o maior evento climático do mundo, a COP 30. Lá nós teremos bons debates sobre os conteúdos globais, sobre o equilíbrio climático global, mas também sobre outras pautas de interesse do povo da Amazônia e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu queria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 3/22

209.2025

Publ.: DCD - 08/10/2025 - 100

Sessão Ordinária - CD

Daiana Santos-PCdoB -RS

07/10/2025-16:52

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

A Deputada saudou as Parlamentares latino-americanas presentes, destacando a importância da união das mulheres na luta ambiental e climática. Elogiou o trabalho conjunto com o Deputado Ivan Valente e a Deputada Célia Xakriabá, ressaltando que discutir meio ambiente e clima é também falar de vida e de futuro para os povos da América Latina. Enfatizou também o protagonismo feminino nessa mobilização rumo à COP30 e a necessidade de repensar as ações em todos os territórios com foco na sustentabilidade.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito rapidamente, Presidente, eu venho aqui para saudar essas duas brilhantes Parlamentares que fazem com que hoje a gente tenha uma luta travada de forma unificada.

Deputado Ivan Valente, também quero saudar V.Exa. e a Deputada Célia Xakriabá. Falar de meio ambiente, de clima, mas, principalmente, de mulheres em luta na América Latina é o novo normal nesta sociedade em que nós temos travado tantas lutas, lutas necessárias, que dialogam com a vida real do nosso povo e que têm reflexo na construção deste futuro que nós estamos construindo cotidianamente com todas as ações dentro desta Casa e dos Parlamentos ao longo da América Latina.

Faço esta saudação dizendo que vocês são muito bem-vindas e que abrilhantam este espaço e trazem ainda mais força de luta para nós mulheres aqui. Falo também já vendo a nossa matriarca Benedita da Silva. Nós temos a responsabilidade e o compromisso de uma construção que tem foco, sabe por que luta e por quem luta. Esta é uma grande mobilização rumo à COP 30, mas nós precisamos repensar todas as ações em todos os territórios com esta prioridade.

Então, quero fazer esta saudação e mais uma vez dizer que as mulheres da América Latina hoje demonstram a sua força e a sua luta e principalmente o compromisso com o futuro.

Documento 4/22

209.2025

Sessão Ordinária - CD

07/10/2025-16:04

Publ.: DCD - 08/10/2025
84

- Padre João-PT -MG

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



O Deputado destacou o diálogo entre o Presidente Lula e o ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como um marco diplomático em defesa da soberania nacional. Informou que Lula solicitou a retirada da sobretaxa de 40% sobre produtos brasileiros e das medidas restritivas a autoridades do País. Além disso, citou que Trump designou o Secretário de Estado, Marco Rubio, para conduzir as negociações com Geraldo Alckmin, Mauro Vieira e Fernando Haddad. Também elogiou a postura firme de Lula na Organização das Nações Unidas (ONU) e mencionou o convite feito a Trump para a COP30. Ao final, agradeceu o Itamaraty pela libertação de brasileiros, entre eles a Deputada Luizianne Lins, detidos ao levarem ajuda humanitária à Faixa de Gaza.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo também o colega Deputado Luciano Vieira pelo pronunciamento em que reconhece a ação do Presidente Lula, que, nesse dia 6 de outubro, teve um diálogo com o Presidente Donald Trump.

Na ocasião, ele, primeiro, recordou ao Presidente americano que o Brasil é um dos três países do G-20 com quem os Estados Unidos registram superávit. Em segundo lugar, o Presidente Lula solicitou a retirada da sobretaxa de 40% de impostos a produtos nacionais e das medidas restritivas aplicadas contra autoridades brasileiras.

O Presidente Trump designou o Secretário de Estado, Marco Rubio, para dar sequência às negociações com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, com o Chanceler Mauro Vieira e com o Ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Esse foi um grande avanço, um desdobramento da Assembleia Geral da ONU, onde "*pintou um clima*", conforme disse o próprio Donald Trump. E o Lula foi ativo, foi firme na Assembleia Geral da ONU, reafirmando a importância da soberania do País — disse que o Brasil não é colônia de ninguém —, em discurso que foi acompanhado pelo Presidente Donald Trump.

O Presidente Lula reiterou, na conversa de ontem, o convite a Donald Trump para vir ao Brasil na COP30 e também firmou o compromisso de retornar aos Estados Unidos. E o próprio Trump, então, disse que os americanos estão com saudade do café brasileiro — do café, do mel. A exportação desses produtos é importante para a economia do nosso País e também para o cidadão norte-americano, que costuma usufruir dos produtos daqui.

Os dois Presidentes ainda trocaram números de telefones, para continuarem dialogando também em âmbito pessoal.

Sr. Presidente, nestes últimos segundos, eu quero também agradecer o empenho do Itamaraty pela liberação dos presos que estavam levando remédio e alimento à Faixa de Gaza, entre os quais estava a nossa colega Deputada Luizianne Lins. As pessoas foram liberadas nesta manhã do dia 7 e outubro,



quando faz 2 anos o genocídio em Gaza, onde quase 18.592 crianças foram assassinadas — o absurdo desse genocídio o Presidente Lula também denunciou na Assembleia Geral da ONU.

Nós viemos aqui denunciar os 2 anos do genocídio que vem ocorrendo em Gaza, mas também saudar o Itamaraty pela sua atuação e a nossa colega Deputada Luizianne Lins, mulher guerreira, que ficou presa lá esses dias por ter praticado uma boa ação: levar medicamentos e alimentos para os palestinos na Faixa de Gaza.

Espero que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 5/22

209.2025 Sessão Ordinária - CD 07/10/2025-17:24
Publ.: DCD - 08/10/2025 - 110 Rodrigo Rolemberg-PSB -DF
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a realização em Brasília do Festival Curicaca, promovido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, considerado o maior evento de educação, cultura, ciência, tecnologia e indústria do País, com mais de 100 mil inscritos e programação gratuita, incluindo shows, palestras e debates sobre a Nova Indústria Brasil. Ressaltou também o evento “Bancada Feminina na COP 30”, organizado por startups e institutos, que discute uma Carta das Mulheres para a COP 30, e convidou os Parlamentares a prestigiar as atividades, enfatizando a presença do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministros, Parlamentares e estudantes.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a realização, em Brasília, do maior evento de educação, cultura, ciência e tecnologia industrial da nossa história, o Festival Curicaca, organizado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI, tão bem presidida pelo Presidente Ricardo Cappelli. São mais de 100 mil inscritos, Sr. Presidente. Vale a pena participar, é tudo gratuito. Serão realizados vários *shows* culturais, várias palestras muito interessantes e muitos debates sobre a Nova Indústria Brasil.

Quero também registrar que está sendo realizado, no Curicaca, o evento Bancada Feminina na COP 30, com Parlamentares de todos os partidos, para discutir uma Carta das Mulheres para a COP 30. A organização é da startup Quero Você Eleita e do Instituto AzMina.



Portanto, todos os Parlamentares estão convidados para prestigiar o Curicaca ao longo desta semana, Sr. Presidente.

Hoje, na abertura do evento, nós tivemos a presença do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, de sete Ministros, de vários Parlamentares, de muitos estudantes dos institutos federais, da Universidade de Brasília, todos prestigiando esse evento, mostrando que, com tecnologia, com inovação e com sustentabilidade, nós teremos uma indústria forte, a Nova Indústria Brasil, tão bem liderada pelo Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 6/22

209.2025	Sessão Ordinária - CD	07/10/2025-16:52
Publ.: DCD - 08/10/2025 - 99	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado saudou a presença de Parlamentares latino-americanos que integram uma frente em defesa do planeta, da vida, da economia sustentável e dos povos indígenas. Destacou que o grupo realizou um estudo detalhado sobre os impactos da indústria petroleira e seus efeitos no aquecimento global, cujo relatório será apresentado na COP 30. Por último, deu boas-vindas à Senadora Cecilia Requena e à Deputada Lois Maldonado, enfatizando a importância da cooperação entre países latino-americanos em prol da sustentabilidade.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Deputado Charles. Depois a Deputada Daiana Santos, nossa companheira, também vai se pronunciar.

Nós estamos aqui num encontro com mais Parlamentares latino-americanos dessa frente que visa ao bem do planeta, à defesa da vida, da economia, dos povos indígenas, que fez um estudo rigoroso dos impactos e de tudo o que significa a indústria petroleira neste momento em que nós estamos caminhando para um brutal aquecimento global, desrespeitando, inclusive, o Acordo de Paris.

Eu, Deputado Ivan Valente, e a Deputada Célia Xakriabá fazemos parte dessa mesma turma que fez um relatório brilhante e apresentou hoje aqui para nós e que vai para a COP 30. Então nós queremos saudar a Deputada Cecilia Requena e a Deputada Lois Maldonado, que são muito bem-vindas ao Parlamento brasileiro. Se os outros aparecerem, nós também os

apresentaremos.

Eu passo a palavra à Deputada Daiana Santos, para que ela faça uma saudação.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 7/22

211.2025 Sessão Ordinária - CD 08/10/2025-16:28
Publ.: DCD - 09/10/2025 - Pedro Aihara-PRD -MG
89 BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou os recorrentes incêndios e enchentes em Minas Gerais, cobrando ações concretas diante da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), a ser realizada em Belém (PA). Além disso, destacou iniciativas de seu mandato, como a criação do Centro de Pesquisas em Alterações Climáticas (Cipard), o fortalecimento do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), o envio de recursos à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a compra de caminhões-pipa para combate ao fogo. Por fim, defendeu a formação técnica em defesa civil e o fortalecimento da estrutura nacional de resposta a desastres, reafirmando seu compromisso com políticas ambientais sérias e efetivas.

O SR. PEDRO AIHARA (Bloco/PRD - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Estado de Minas Gerais, infelizmente, mais uma vez, queima, queima nos incêndios florestais, destruindo toda a nossa biodiversidade, a nossa fauna, a nossa flora. Infelizmente, esse é um cenário que se repete todos os anos.

Daqui a pouco, estaremos no fim do ano. Nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, também temos fortes chuvas e enchentes, que afetarão toda a nossa comunidade.

E por que a gente está falando disso? Porque nós teremos no Brasil, no mês que vem, a COP 30, quando todos os olhos do mundo estarão voltados para a questão da alteração climática. Obviamente, existirão muitos que vestirão a roupa da ocasião, que falarão como grandes especialistas em alterações climáticas, em desastres, só que é importante falar o que a gente vem fazendo, o que o meu mandato tem entregado em relação a isso.



É nossa articulação, é nossa iniciativa o primeiro Centro Intersetorial de Pesquisas em Alterações Climáticas e Redução do Risco de Desastres, o Cipard, que está sendo feito em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

É também do nosso mandato a articulação, junto com o Deputado Bibo Nunes e o Deputado Gilson Daniel, de fomento ao Funcap — Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. É um fundo que existe desde 1969, e ainda não tem oxigenação orçamentária. Conseguimos passar esse texto na Câmara, depois das tragédias do Rio Grande do Sul, agora ele está no Senado.

Além disso, a gente tem investido em educação. O Laboratório de Topografia e Geodésia da UFMG, nossa grande universidade, também tem recebido recursos do meu mandato para poder investir e estudar todos esses movimentos de massa e outros desastres.

Encaminhamos recursos para mais de sete caminhões-pipa, distribuídos por todo o nosso Estado de Minas Gerais, para reforçar o combate aos incêndios florestais e diminuir as afetações que os produtores rurais acabam sofrendo.

Então, é sobre isto: seriedade e compromisso, não discurso sobre meio ambiente na hora da ocasião, na hora da COP 30, na hora em que a notícia está clamando nos jornais, mas, sim, compromisso com aquilo de que a nossa população precisa.

Além dessas questões, uma preocupação nossa é com a qualificação. Nós já temos tratativas avançadas com a UFMG para que possamos inaugurar uma linha *stricto sensu* de pesquisa de mestrado e doutorado na parte de desastre, de proteção e defesa civil. Temos uma articulação com o IFMG para finalmente conseguirmos oferecer o curso técnico de agente de proteção e defesa civil para qualificar as respostas das Defesas Civis municipais, que hoje acabam sendo um grande gargalo. Tudo isso fazemos em conjunto, representando adequadamente o nosso Sistema Nacional de Defesa Civil, a nossa Defesa Civil estadual, que em Minas Gerais vem fazendo um excelente trabalho, o nosso Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, as Defesas Civis municipais.

A hora é agora. Precisamos utilizar esse momento da COP 30 para chamar a atenção da comunidade internacional para a necessidade de estruturação da nossa rede de respostas a desastres. Neste momento, temos o nosso Itamaraty e outros representantes também lá em Praga, na reunião da Insarag, que é o órgão da ONU que discute toda essa estruturação de respostas a desastres, para que tenhamos a primeira equipe humanitária multidisciplinar representando o Brasil também na resposta e na assistência humanitária.

Política séria, comprometida com as questões humanitárias e, principalmente, com as questões das respostas a desastres nós vemos por aqui, e eis o nosso



compromisso, que é um compromisso inarredável para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pedimos que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 8/22

219.2025 Sessão Ordinária - CD 14/10/2025-16:56
Publ.: DCD - 15/10/2025 - Nilto Tatto-PT -SP
102

BREVES	BREVES
COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
	DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a saída do Brasil do Mapa da Fome pela segunda vez, resultado das políticas públicas implementadas nos Governos do Presidente Lula e da mobilização social iniciada nos anos 1980. Alertou para a votação, no Congresso Nacional, dos vetos ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, o chamado “PL da Devastação”, que ameaça o meio ambiente e representa retrocesso às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA).

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Lula.

Nesta semana a gente celebra a Semana Mundial da Alimentação e evidentemente a gente celebra o fato de o Brasil, Deputado Chico Alencar, ter saído pela segunda vez do Mapa da Fome.

O Brasil é um país que sempre teve fome na sua história, mas, graças ao Presidente Lula, aos Governos progressistas, aos Governos do PT, a partir de uma mobilização muito bonita dos movimentos populares, da sociedade civil, na década de 1980, quando a sociedade civil se mobilizou — depois, com o Presidente Lula, virou política pública — o Brasil conseguiu em 2014 o feito de ter saído do Mapa da Fome.

Depois do golpe, tiraram a Presidenta Dilma, desmontaram um conjunto muito grande de políticas públicas, e o Brasil voltou a ter milhões de pessoas passando fome. Em janeiro de 2023, quando o Presidente Lula assumiu este atual mandato, nós tínhamos mais de 32 milhões de pessoas passando fome.



Em 2 anos e pouco, o Brasil sai do Mapa da Fome novamente.

Este é um alerta para que não haja mais retrocessos neste País, porque quem mais sofre com retrocessos é o povo que mais precisa de política pública.

Eu venho aqui à tribuna também para chamar a atenção. Está marcada para esta semana sessão do Congresso Nacional. Na pauta, está colocada a análise dos vetos do Presidente Lula ao PL da devastação, o projeto de licenciamento ambiental, a principal lei ambiental que nós temos no Brasil, aquela que estabelece os processos, os procedimentos para avaliar se os empreendimentos são viáveis, quais os impactos positivos, quais os impactos negativos, a partir da perspectiva do poder público, da vontade da população, pelo poder público, pelo Estado, pelo Ibama, pelos órgãos ambientais estaduais. No entanto, aqui se aprovou uma lei que representa retrocesso, que destrói esta lei, que coloca em risco o meio ambiente, a flora, a fauna, a vida das comunidades tradicionais, das comunidades rurais, da própria população e que não dialoga com aquilo que todos nós precisamos fazer para enfrentar a crise climática.

Por isso, eu quero aqui chamar a atenção para o assunto. Há um movimento muito grande dos partidos conservadores, do Centrão, para derrubar esse voto a menos de 1 mês de o Brasil receber a Conferência do Clima. No momento em que o Brasil preside a Conferência do Clima, o maior e principal evento no âmbito da ONU, não podemos dar um sinal para o mundo de que nós não estamos fazendo a nossa lição.

Eu fico aqui perguntando: o que esta Casa, o que este Parlamento, o que o Presidente vai apresentar, por exemplo, na COP? O que a Câmara vai fazer?

Por isso, deixo este alerta: não votar...

(Desligamento do microfone.)

Documento 9/22

219.2025

Sessão Ordinária - 14/10/2025-13:55
CD

Publ.: DCD - 15/10/2025 -
238

Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

DISCURSO
ENCERRAMENTO ENCERRAMENTO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Decreto nº 12.604, de 2025, que institucionaliza um “gabinete paralelo” da Primeira-Dama Janja Lula da Silva na Presidência da República, com a criação de 189 cargos e despesas mensais superiores a R\$ 160 mil. Afirmou que o ato normativo afronta os princípios da legalidade,



moralidade e impessoalidade da Administração Pública ao conceder estrutura e poder a quem não possui mandato. Além disso, repudiou o uso de recursos da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de contrato de US\$ 835 mil com a agência Edelman, para promover a Primeira-Dama como “voz central” da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), classificando o ato como autopromoção e personalismo administrativo. Ao final, defendeu o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 826, de 2025, de sua autoria, para sustar os efeitos do Decreto e reafirmar os princípios constitucionais da Administração Pública.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho a esta tribuna para tratar sobre o brilho ofuscante do deslumbramento com o poder demonstrado pelo núcleo central do governo Lula. O recente Decreto nº 12.604/2025, assinado por Lula em 28 de agosto, é mais do que uma afronta à boa gestão — é uma agressão direta aos princípios mais elementares da Administração Pública. Sob o disfarce de “organizar funções” e “garantir transparência”, o governo cria 189 novos cargos para sustentar o deslumbramento e a expansão de influência da primeira-dama Janja Lula da Silva, uma figura sem mandato, sem voto e, sobretudo, sem limites institucionais claros.

Esse decreto, que formaliza o chamado “gabinete paralelo” de Janja dentro da Presidência, com equipe dedicada incluindo assessores de imprensa, fotógrafos, especialistas em redes sociais e até um militar, custa aos cofres públicos salários mensais na ordem de R\$ 160 mil, além de R\$ 1,2 milhão em viagens desde 2023. Esse decreto institucionaliza o que a Constituição repudia: o personalismo administrativo. O Estado deixa de servir à coletividade e passa a se moldar à vontade de uma pessoa — que não foi eleita, não responde ao escrutínio popular e não se submete às regras do serviço público. Janja, com este decreto, passa a operar dentro da estrutura do Gabinete Pessoal da Presidência, com orçamento, equipe e poder de decisão, como se fosse uma ministra sem ministério. Isso não é avanço institucional — é retrocesso monárquico. E o pior: essa expansão não se limita



ao âmbito nacional. Um e-mail oficial, registrado no Departamento de Justiça dos EUA, revela que a agência de relações públicas Edelman, contratada pela presidência da COP30 com US\$ 835 mil financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a pedido do governo brasileiro, promoveu Janja como “voz central” da conferência internacional. Enviado em 22 de setembro de 2025, o documento a posiciona como porta-voz para temas como violência de gênero, insegurança alimentar e participação feminina na política, usando recursos da ONU para projetá-la no centro da narrativa global da COP30, apesar de ela não ocupar cargo técnico no evento.

A primeira-dama, que deveria exercer um papel social de representação simbólica, agora é tratada como autoridade de fato, com aparato público e prerrogativas funcionais — inclusive em eventos internacionais como a Climate Week NYC 2025, onde foi destacada em painéis financiados por parcerias governamentais. Isso fere o princípio da imparcialidade, pois a máquina administrativa passa a servir a um indivíduo, e não ao interesse público. Viola também a moralidade administrativa, ao criar cargos e estruturas sem necessidade técnica comprovada, apenas para reforçar o prestígio de quem se encanta com o palco do poder — e agora, com verbas da ONU, eleva esse estrelismo a um patamar global. É o retrato de uma gestão que confunde o Estado com um camarim — onde as luzes e os holofotes importam mais do que os resultados, e onde recursos internacionais são usados para autopromoção pessoal.

O mesmo governo que tenta impor a MP 1303/2025 para aumentar tributos e exigir mais sacrifícios do cidadão é o que se permite criar quase duzentos cargos para sustentar o estrelismo da primeira-dama, inclusive com contratos como o da Edelman que distorcem a agenda climática em favor de sua imagem. Como justificar o peso dos impostos sobre o povo enquanto se multiplica a estrutura de poder no topo, inclusive com fundos da ONU para promover Janja como símbolo de inclusão feminina e equidade? Como exigir austeridade da população quando o próprio Planalto se entrega ao luxo burocrático, e a primeira-dama acumula 33 viagens a 35 países em 145 dias fora do Brasil desde a posse, com despesas exorbitantes como R\$ 182,3 mil só para seu fotógrafo pessoal?

Esse decreto escancara o abismo entre o discurso e a prática. O governo que fala em “republicanismo” entrega, na verdade, um espetáculo de vaidades, onde o poder é usado como espelho — e não como instrumento de transformação. O nepotismo político, travestido de “apoio institucional”,



torna-se norma, agora ampliado por estratégias de comunicação global financiadas pela ONU. A eficiência, princípio básico da administração, é substituída pelo improviso e pela conveniência. A legalidade é distorcida para caber no figurino do poder pessoal, ignorando críticas de juristas que apontam violações aos princípios constitucionais de impessoalidade, moralidade e eficiência.

Não há justificativa técnica, moral ou jurídica para essa ampliação de poder, especialmente quando envolve recursos internacionais da ONU para posicionar Janja no centro de eventos como a COP30, sem cargo formal. Nenhum decreto pode conceder autoridade pública a quem não foi investido legitimamente nela. Quando o Estado começa a servir às vontades particulares, ele deixa de ser público e passa a ser patrimonial — e é exatamente isso que está acontecendo, com o “gabinete paralelo” de Janja se estendendo até parcerias com agências estrangeiras. O Brasil volta a ser governado como se fosse uma casa particular, onde o poder se distribui entre quem tem prestígio, não entre quem tem legitimidade.

É preciso dizer com todas as letras: a República não é palco para deslumbramentos, nem vitrine para consortes presidenciais — muito menos com verbas da ONU transformando a primeira-dama em porta-voz global. O dinheiro do contribuinte não pode sustentar ambições pessoais, nem financiar o estrelato de quem confunde militância com gestão pública, inclusive em contratos questionáveis para a COP30. A Constituição não foi escrita para servir de adereço político. Ela foi feita para proteger o povo — especialmente contra o abuso disfarçado de glamour.

Por todos esses absurdos é que apresentei um Projeto de Decreto Legislativo, sustando os efeitos desse Decreto 12.604/2025, construído desrespeitando os princípios básicos que regem a administração pública.

Se o governo quer demonstrar grandeza, que o faça respeitando os princípios da administração: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E se a primeira-dama deseja servir ao país, que o faça pelo caminho correto: estudando políticas públicas, participando de projetos sociais, mas sem transformar o Estado em cenário e o cargo em coroação, nem usando fundos internacionais para autopromoção. O Brasil não precisa de uma “rainha social” dentro do Planalto, promovida por agências contratadas com recursos da ONU. Precisa de líderes com senso de limite, com respeito às instituições e com consciência de que o poder é transitório — e deve sempre se curvar à lei, não ao espelho.



Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 10/22

221.2025 Sessão Ordinária - CD 15/10/2025-14:16
Publ.: DCD - 16/10/2025 - Bacelar-PV -BA
58 BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a manutenção integral dos vetos do Presidente Lula à Lei 15.190, de 2025, conhecida como “PL da devastação”, que desestruturava o sistema de licenciamento ambiental e enfraquecia os órgãos de proteção. Alertou ainda que forças contrárias ao meio ambiente estão tentando restituir os trechos vetados por meio de emendas e novos projetos, o que representaria retrocessos graves às vésperas da COP30. Afirmou também que os vetos trazem segurança jurídica e coerência à política ambiental brasileira, destacando que o agronegócio pode prosperar em harmonia com a preservação ambiental, sem ceder à lógica do lucro fácil e destrutivo.

O SR. BACELAR (Bloco/PV - BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Hildo Rocha, que ora preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional poderá analisar amanhã vetos do Presidente Lula à Lei nº 15.190, de 2025. Quando o projeto de lei tramitou nesta Casa, ele foi chamado de PL da devastação, porque já desestruturava todo o sistema de licenciamento ambiental no Brasil, enfraquecia os órgãos, enfim, trazia muita in tranquilidade e insegurança jurídica ao meio ambiente brasileiro. Tudo isso acontece às vésperas da COP 30.

Quando a lei seguiu para a sanção do Presidente da República, a pressão da sociedade foi tamanha, os gritos contra o PL da devastação foram tão altos que o Sr. Presidente da República vetou 63 dos quatrocentos artigos desta lei, uma decisão acertada, que minorou os impactos negativos do projeto, volto a dizer, mais conhecido como PL da devastacão.

Imediatamente, o que fizeram as forças do atraso, as forças do lucro fácil? Na MP que tramita em Comissão Especial, mais de oitocentas emendas já foram apresentadas, de modo a restituir os artigos vetados. Além disso, circula na Câmara dos Deputados outro projeto de lei que trata da mesma matéria.

A sociedade civil precisa estar atenta e precisa pressionar os Srs. Parlamentares

e as Sras. Parlamentares. Não podemos deixar que os vetos do Presidente Lula caiam. Eles precisam ser mantidos integralmente, para se restabelecer o mínimo de coerência no Sistema de Licenciamento Ambiental do Brasil. Os vetos do Presidente Lula evitam a constitucionalidade e os retrocessos ambientais e trazem segurança jurídica, volto a dizer, às vésperas da COP 30.

Nós precisamos proteger nossas florestas, nossos biomas, o futuro do nosso País. Não será destruindo o meio ambiente, repito, atrás do lucro fácil e mais rápido, que nós continuaremos tendo pujança no agronegócio brasileiro. O agronegócio é, sim, compatível com o meio ambiente, mas nós precisamos lutar contra a usura capitalista, contra o PL da devastação, e pela manutenção integral dos vetos do Presidente Lula.

Documento 11/22

221.2025 Sessão Ordinária - CD 15/10/2025-14:32
Publ.: DCD - 16/10/2025 - Rodrigo Rolemberg-PSB -DF
64 BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com a possibilidade de o Congresso derrubar os vetos do Presidente Lula à nova lei do licenciamento ambiental, conhecida como “PL da Devastação”. Defendeu a modernização do IBAMA e aprimoramentos na legislação ambiental, mas alertou que a derrubada dos vetos representaria um grande retrocesso, estimulando o desmatamento e prejudicando a imagem do Brasil às vésperas da COP30. Por último, destacou que o País deve apostar em reflorestamento, bioeconomia e tecnologias sustentáveis para consolidar sua liderança em economia verde e preservar os biomas essenciais à agricultura nacional.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, assumo esta tribuna para manifestar uma profunda preocupação com a possibilidade de a sessão do Congresso Nacional de amanhã apreciar os vetos do Presidente da República à nova Lei do Licenciamento Ambiental, que a população tem chamado de PL da Devastação.

Eu tenho muita convicção de que nós precisamos modernizar o Ibama. O Ibama precisa receber investimentos em tecnologia, em pessoal. Nós precisamos aprimorar a legislação. Também é fato que a lei aprovada por este



Congresso e que teve muitos artigos vetados pelo Presidente da República vai estimular um processo de desmatamento no Brasil.

É importante registrar que nós avançamos nos últimos anos de forma significativa na redução do desmatamento. Nos últimos anos, nós reduzimos em 50% o desmatamento na Amazônia. Nós temos tudo, Sr. Presidente, para transformar essa prática no Brasil, o desmatamento, que é o maior responsável pelas emissões de gases de efeito estufa, em algo que mais remova emissões. Isso pode ser feito por meio de grandes programas de reflorestamento, de restauração florestal, de investimentos em ciência e tecnologia, de financiamento diferenciado, do Fundo Amazônia, do Fundo Clima, com recursos do BNDES. A derrubada dos vetos do Presidente da República ao projeto do licenciamento ambiental será um retrocesso muito grande para as políticas ambientais no nosso País.

O Brasil vai sediar a COP 30. Esse é o grande momento de demonstrarmos que nós temos uma agricultura que avançou muito nos últimos anos do ponto de vista da sustentabilidade. Aqui nós temos técnicas de integração entre lavoura, pecuária e floresta, de plantio direto, de utilização intensiva de bioinsumos. Nós temos que apresentar o Brasil como o grande lugar para investimentos verdes na área de hidrogênio, na área de biometano, de combustível sustentável de aviação.

No momento em que a gente se prepara para mostrar ao mundo o Brasil como um líder em economia verde, aprovar ou derrubar os vetos do Presidente da República à Lei Geral do Licenciamento Ambiental será um retrocesso muito ruim, não apenas para a imagem do Brasil, mas também para os próprios agricultores. É muito importante registrar, Sr. Presidente, a necessidade de termos uma floresta ou um cerrado, enfim, nossos biomas preservados para a própria sustentabilidade da agricultura brasileira.

Portanto, eu queria fazer esse alerta neste momento e pedir bom senso a esta Câmara. Essa não é uma pauta de interesse da população. Se efetivamente o Congresso Nacional apreciar amanhã os vetos do Presidente da República ao projeto de licenciamento ambiental, é muito importante que esses vetos sejam mantidos e que possamos fazer uma discussão com mais tranquilidade, com mais calma, com mais profundidade sobre o projeto de lei que tramita nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/22

221.2025

Sessão Ordinária - CD

15/10/2025-18:12

Publ.: DCD - 16/10/2025

- Nikolas Ferreira-PL -MG

137

BREVES

BREVES



Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que a população sente cansaço diante da falta de avanços em áreas como segurança, saúde, transporte e saneamento. Acusou o Governo de terceirizar responsabilidades, inclusive atacando o Congresso Nacional; promover perseguição política a Parlamentares, por meio da Polícia Federal e do STF; e gastar excessivamente com redes sociais e eventos como a COP30, enquanto milhões vivem sem condições básicas. Por fim, destacou que influenciadores petistas estão sendo pagos pelo Governo PT para o elogiarem publicamente e declarou esperar mudança na próxima eleição presidencial.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O PT cansa. Esse é o sentimento, acredito, de todo brasileiro que tem no mínimo dois neurônios, um coração e um cérebro, que tem sentido esse cansaço, dia após dia, por causa de um Governo que coloca a culpa em todos menos nele próprio.

Faço uma pergunta para os senhores. O que tem melhorado neste Governo nesses últimos anos? Absolutamente nada!

Nós temos, no âmbito da segurança pública, mais de 50 milhões de pessoas sob o jugo do crime organizado. Se você não obedece às regras do crime organizado, você é punido, sofre consequências físicas, tem que sair da sua casa, como tem acontecido em grande parte, senão na totalidade, do Ceará.

Vemos um Presidente da República que, durante todo o tempo, se pinta como se fosse um pacificador, sempre colocando o "nós contra eles". Na verdade, não há progresso nenhum para o País, somente perseguição, somente provocação. Agora, ele vem dizer que a culpa de todas as coisas em nosso País é do Congresso e que nunca houve um Congresso tão baixo na história.

Congresso bom era o Congresso dos Parlamentares que ele comprava com o mensalão. Congresso bom era aquele em que Deputado era pego com malas de dinheiro dentro do seu apartamento. Congresso bom, na visão do Lula, era aquele dos tempos em que os Poderes tinham uma harmonia e a corrupção era, dia após dia, o normal para o Governo.

A segurança pública do nosso País, infelizmente, está deixada de lado, sucateada. Há também uma parte da Polícia Federal sucumbida pelo STF, principalmente pelo Ministro Alexandre de Moraes, prestando-se não a combater crime organizado e corrupção, mas a ficar perseguindo

Parlamentares, o que tem sido a prioridade desse Governo.

Agora, pergunto para você, simples assim: como está o transporte público aí na sua cidade? Como estão a saúde, os hospitais, as unidades básicas de saúde, em termos de aprimoramento, de avanço naquilo que é primordial no nosso País? Temos 100 milhões de pessoas sem saneamento básico. A anistia, que é para ser pautada aqui, nunca é colocada. A gente precisa virar essa página, olhar para as coisas profundas e necessárias do nosso País; mas não, preferem continuar gastando milhões. Nos últimos 30 dias, 18,4 milhões de reais foram gastos pelo Lula em impulsionamento nas redes sociais. Enquanto isso, milhões de pessoas não têm onde — perdão — fazer suas necessidades básicas. Enquanto isso, há uma COP 30 gastando milhões, bilhões de reais. Enquanto isso, as pessoas que vivem ali têm os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil.

Portanto, eu acho que o único sentimento que é comum a todos nós aqui, de fato, é o cansaço. E quem não está cansado, Deputado Mauricio, está ganhando com isso, porque não existe petista grátil. Podem dar uma olhadinha aí nos influenciadores que têm falado bem do Governo: estão ganhando uma bolada para poder falar bem do Governo, porque não existe petista grátil.

Não há mais como... Ninguém aguenta mais o PT. Espero muito que, ano que vem, a gente dê um *"Tchau, querido"* para o Presidente Lula.

Obrigado, Presidente.

Documento 13/22

227.2025	Sessão Ordinária - CD	21/10/2025-15:24
Publ.: DCD - 22/10/2025 - 78	Socorro Neri-PP -AC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a importância estratégica da BR-364 para o Acre e defendeu investimentos contínuos em infraestrutura como condição essencial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Em seguida, enfatizou o estado precário da rodovia e apresentou ações voltadas à integração regional, como a criação da Frente Parlamentar Mista pela Integração Sul-Americana e o Projeto de Lei nº 1.660, de 2024, que institui o “fator amazônico” para garantir políticas públicas adaptadas às especificidades regionais. Ademais, ressaltou que desenvolvimento, integração e transição climática devem caminhar juntos, com base na bioeconomia, na justiça climática e na valorização da ciência e dos povos amazônicos.



A SRA. SOCORRO NERI (Bloco/PP - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho à tribuna no Grande Expediente desta sessão para falar do Acre, da Amazônia e do Brasil real, esse Brasil que clama por desenvolvimento, por educação pública de qualidade, por políticas públicas efetivas e por justiça social.

No meu Estado, a cada ciclo das estações, as águas e a fumaça nos lembram de que o clima já mudou. E, diante desse cenário de longas distâncias e vulnerabilidades, a infraestrutura que nos mantém conectados torna-se decisiva. No Acre, isso tem nome e número, BR-364.

O Acre é um Estado estratégico para o Brasil, ponto de conexão com o Peru e a Bolívia, guardião de patrimônio socioambiental único e plataforma natural para uma economia de baixo carbono. Mas seu potencial de desenvolvimento sustentável precisa se tornar efetivo com infraestrutura à altura. A BR-364 é a artéria vital do Acre. Num território de longas distâncias e baixa densidade demográfica, onde o modal predominante é o rodoviário, é por ela que o Estado se conecta ao restante do País e que os Municípios se interligam entre si. Pela BR-364 chegam insumos hospitalares, medicamentos, vacinas e merenda escolar. Circulam transportes escolares e de pacientes, abastecimento de alimentos e combustíveis, produção agrícola e extrativista, insumos da construção civil e equipamentos de defesa civil.

É essa rodovia que reduz o tempo e o custo logístico, viabiliza políticas públicas na ponta e sustenta o escoamento de cadeias produtivas locais, do pescado e da castanha à agricultura familiar e ao pequeno comércio. Quando a BR-364 funciona, o preço no balcão cai, a assistência chega, a aula acontece e o emprego gira. Quando falha, tudo encarece, faltam insumos, atrasam os serviços e vidas ficam em risco.

Atualmente, a BR-364 carece de recursos para manutenção rotineira e preventiva capazes de garantir trafegabilidade o ano inteiro. Em um traçado sensível a chuvas intensas, estiagens prolongadas e variações de solo, buracos, erosões, atoleiros e interrupções se traduzem em rompimento de cadeia de suprimento, atraso em transferência de pacientes, perda de perecíveis e aumento do custo final para famílias e produtores.

É por isso que insisto que manter a BR-364 operante não é luxo, nem é favor, é condição básica de integração regional, de execução das políticas públicas e de proteção social em todo o Acre. Integração regional, portanto, não é opção, é estratégia. O Acre é porta natural do Brasil para o Peru e a Bolívia. As rotas de integração sul-americana, projeto do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, conectam nossas fronteiras aos portos do Pacífico, ampliam o comércio com os vizinhos e reduzem tempo e custo logístico, com carteira de obras integrada ao Novo PAC e articulação com Estados e países.

As cinco rotas de integração — Ilha das Guianas, Amazônica, Quadrante



Rondon, Rota Bioceânica de Capricórnio e Rota Bioceânica do Sul organizam investimentos, padronizam procedimentos aduaneiros e dão previsibilidade às cadeias produtivas. Para o Acre, a Quadrante Rondon é a mais estratégica, pois estrutura o Corredor Acre-Rondônia-Mato Grosso-Bolívia-Peru, encurtando o acesso aos portos peruanos de Ilo, Matarani e, mais ao norte, Chancay. O eixo combina intervenções na BR-364 e conexões com a BR-317, rumo à tríplice fronteira, potencializando exportações de base florestal, agropecuária familiar e manufaturas leves.

Em 2025, o Governo Federal anunciou mais de 1,2 bilhão de reais para a Quadrante Rondon, incluindo aportes na BR-364 e a Ponte Binacional Brasil-Bolívia, em Rondônia, e estabeleceu harmonização aduaneira, segurança jurídica e resiliência climática como critérios para que o ganho logístico venha com estabilidade regulatória e menor risco operacional.

Portanto, a Quadrante Rondon viabiliza a integração do Acre ao Pacífico, a partir de uma BR-364 bem mantida, alfândega eficiente e procedimentos padronizados, barateando fretes, abrindo mercados e gerando renda, sob salvaguardas socioambientais do programa federal.

No entanto, não é isso o que estamos vivenciando. A estrada encontra-se em estado precário. Para dar tração política a essa agenda, consolidamos, na semana passada, a Frente Parlamentar Mista pela Integração Sul-Americana, com 202 assinaturas de Deputadas, Deputados e Senadores. A frente nasce para acompanhar e impulsionar as rotas, o que implica manutenção e recuperação da BR-364 aos corredores de exportação, harmonização de procedimentos aduaneiros, redução de custos de transação e abertura de mercados para a bioeconomia e a produção familiar, sempre com segurança jurídica e infraestrutura resiliente ao clima.

Com a mesma lógica, criamos, em 2023, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa. Justiça climática significa fazer a descarbonização com proteção social, distribuindo custos e benefícios de forma equitativa, priorizando os mais vulneráveis e respeitando especificidades territoriais.

Na Região Amazônica, integrar e crescer exige responsabilidade socioambiental, rastreabilidade e certificação, consulta a povos originários e comunidades tradicionais, restauração florestal, logística de baixo carbono, financiamento acessível e métricas transparentes. Em síntese, estrada, integração e transição são parte do mesmo projeto: conectar o Acre ao Pacífico, reduzir custos, atrair investimento e gerar renda com exploração sustentável da floresta, sem deixar ninguém para trás.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acredito que desenvolvimento sustentável deve ser a nossa estratégia. O Acre e a Amazônia podem liderar a nova economia brasileira se unirmos método, ciência e foco em resultados.



Falo de uma bioeconomia que agrupa qualidade e escala às nossas cadeias: borracha, castanha, óleos, manejo pesqueiro sustentável, fitoterápicos, turismo de natureza e conhecimentos tradicionais com repartição de benefícios, com laboratórios regionais, garantindo controle de qualidade, certificações reconhecidas, rastreabilidade digital do produtor ao comprador e mensuração, relatório e verificação simples e auditável.

Para ganhar escala, precisamos de arranjos produtivos locais, com centros de beneficiamento próximos à produção, logística de consolidação, vitrines de exportação e contratos de fornecimento que unam compras públicas e privadas. E, para financiar essa virada, precisamos de linhas verdes com juros favorecidos, fundos garantidores, crédito para capital de giro e equipamentos, secadores, câmaras frias, unidades de tratamento e pesquisa e desenvolvimento que transformem biodiversidade em inovação e renda.

Sr. Presidente, é nesse contexto que a COP 30, que se realizará agora em Belém, no Pará, ganha centralidade também para o meu Estado, o Acre, e para toda a Amazônia. O que apresento aqui dialoga diretamente com a agenda internacional: financiamento climático com acesso simplificado para Estados e Municípios amazônicos, adaptação com metas, planos e métricas, perdas e danos com canais céleres para desastres recorrentes e, sobretudo, justiça climática, que significa descarbonizar protegendo os mais vulneráveis e reconhecendo os custos adicionais de quem vive longe, com logística cara e sob eventos extremos.

Levaremos a Belém uma mensagem. As rotas de integração são estratégias de competitividade de baixo carbono, a bioeconomia certificada e rastreável é caminho para o emprego limpo, e pagamentos por serviços ambientais e crédito acessível são alavancas que fazem a transição sair do papel.

Para transformar essa visão em regra de Estado, defendemos o fator amazônico. Estamos coletando assinaturas para uma PEC que inscreve na Constituição a obrigação de considerar distância, baixa densidade demográfica, clima, sazonalidade hídrica e custo logístico no desenho e no financiamento de políticas públicas. E avançamos em paralelo com o projeto de lei do fator amazônico, o Projeto de Lei nº 1.660, de 2024, de autoria desta Deputada e de outras colegas, para detalhar critérios operacionais no plano infraconstitucional, rateio orçamentário, priorização de investimentos diferenciados de metas e indicadores, condições especiais de manutenção de infraestrutura e mecanismos de equalização de custos para serviços essenciais. Fazemos isso porque a região é estruturalmente diferente. Repito, longas distâncias, rede urbana rarefeita, conectividade intermitente, modais de transporte sensíveis ao clima e elevada vulnerabilidade às secas, cheias e queimadas. Tratar desiguais como iguais reproduz desigualdades. O fator amazônico corrige o rumo e garante efetividade às políticas no território.

Para que ninguém considere esse conjunto de soluções utópico, registro que nossa atuação legislativa tem sido construída com técnica, diálogo federativo e prestação de contas, convertendo evidência em normas exequíveis com efeito



prático no território. O Acre e a Amazônia não pedem favor, pedem condições justas para contribuir com um Brasil que educa melhor, protege as mulheres, garante direitos, enfrenta a crise climática e cresce economicamente com exploração sustentável da floresta. O nosso mandato é o mandato do bem coletivo, com o objetivo de fazer a ponte entre ciência e território, entre orçamento e resultado, entre o Brasil que sofre os impactos e o Brasil que aprova as soluções, com técnica, diálogo e coragem para decidir, sempre a serviço do bem de todos.

Requeiro, por fim, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja veiculado nos sistemas de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 14/22

227.2025

Sessão Ordinária - CD

21/10/2025-16:08

Publ.: DCD - 22/10/2025 -
93

Ivan Valente-PSOL -SP

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a decisão do Ibama de liberar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, classificando-a como um erro político e tático. Afirmou que o Brasil, como detentor da maior biodiversidade e da maior parte da floresta amazônica, deveria liderar a defesa ambiental mundial e investir na transição energética, não em combustíveis fósseis. Alertou também que o projeto só teria viabilidade econômica por volta de 2045, o que contraria as metas de neutralidade de carbono do Acordo de Paris. Lembrou ainda que a exploração traz risco à biodiversidade local e não garante desenvolvimento social, citando o baixo IDH de Macaé (RJ) como exemplo. Concluiu dizendo que a medida enfraquece a imagem do Brasil às vésperas da COP de Belém e representa uma falsa promessa de progresso para os povos amazônicos.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui hoje para comentar a liberação do Ibama da licença de exploração de petróleo na foz do Amazonas.

Quero dizer que, na minha opinião, isso é um erro político e um erro tático. É um erro político porque o Brasil deveria se manifestar como dono da maior biodiversidade do planeta e da maior reserva de água doce do mundo, detentor



de 65% da Floresta Amazônica, como um campeão mundial da defesa do meio ambiente, diante da crise climática.

Eu quero, então, recordar os números do Acordo de Paris de 2015 e quero dizer que o Brasil foi signatário desse acordo.

Nós já estamos praticamente em 2026. Até 2050 nós temos que zerar simplesmente a emissão de carbono no nosso País. O tempo de produção do poço que foi autorizado a ser perfurado para ver se ainda há petróleo na margem equatorial é de no mínimo 10 anos para entrar em produção, ou seja, 2036. Para viabilizar isso, praticamente só em 2045, 2050. Isso significa exatamente que, em vez de nós estarmos trabalhando para fazer a transição energética, há esse gasto da Petrobras nessa direção.

A pressão política e o engano que está sendo comprometido são o seguinte: isso depende da governabilidade aqui do Presidente do Senado, particularmente, que é do Amapá, para passar uma imagem para os povos ribeirinhos e para os povos indígenas, em vez de prever que haverá destruição e não preservação de um lugar extremamente valioso em matéria de biodiversidade, como são os corais daquela parte, as correntezas, com os riscos que estão colocados.

As mitigações que estão sendo aceitas pelo Ibama são positivas num sentido, mas não garantem a questão estrutural. A questão estrutural é que o Brasil precisa entrar na transição energética, precisa exigir isso dos outros povos do mundo. Na COP de Belém os erros são dois: fazer a opção pela ampliação da produção de petróleo para mais adiante; e taticamente, a 20 dias da COP, o Brasil, que vai sediá-la, por pressão direta do Congresso Nacional, passar a ideia de que a produção de petróleo vai gerar imediatamente riqueza para os povos da Amazônia. Isso não é verdadeiro!

Nós estamos tratando de trabalho especializado, como ocorre no Rio de Janeiro. A cidade de Macaé, que é o centro de produção de petróleo no nosso País, continua com o IDH lá embaixo. Então, há dois erros. Um deles é avançar na produção de petróleo de qualquer maneira no lugar mais sagrado, no melhor lugar para combater o aquecimento global, pelo qual será criticado no mundo todo. E o outro é a proximidade da COP, neste momento, o que tira o papel protagonista do País.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Peço que conclua, Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Por isso, Sr. Presidente, este é um assunto sério, ele envolve aqui a governabilidade. A Região Norte tem 21 Senadores, dentre os 81. É muito, entende? E a pressão é muito grande. A Região Amazônica é enorme. Nós não podemos atender a esse tipo de interesse, porque ele é falso. Nós temos que proteger os povos ribeirinhos e valorizar a nossa Amazônia Legal.



Muito obrigado.

Documento 15/22

227.2025

Publ.: DCD - 22/10/2025 - 146

Sessão Ordinária - CD

21/10/2025-18:24

Delegado Caveira-PL -PA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.472, de 2023, que dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) em âmbito nacional. Além disso, criticou o Governo Federal por dificultar a liberação de licenças ambientais para a exploração de petróleo na margem equatorial. Afirmou que a postura do Governo impede o fortalecimento do País em setores estratégicos e acusou a Gestão Federal de agir de forma contraditória ao adotar uma agenda ambiental que, em sua avaliação, restringe o desenvolvimento nacional, especialmente diante da pauta verde ligada à COP 30.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, orienta "sim".

No Estado do Pará, está havendo um problema muito sério. Até então, o Governo Federal não facilitava, através de suas articulações, a licença ambiental para que fosse explorado o petróleo na margem equatorial. Todos nós sabemos da hipocrisia do Governo Federal, que não quer produzir no Brasil, para que o Brasil se fortaleça, seja em que área for, algo que traga benefício ao nosso povo. Agora, com essa pauta verde da COP 30, muito menos querem permitir que o Brasil cresça.

Agora deu certo. Quero parabenizar...

(Desligamento do microfone.)

Documento 16/22

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 229

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-16:16

Delegado Caveira-PL -PA

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



O Deputado expressou indignação com a segurança pública no Brasil, acusando o Governo Federal de priorizar a proteção de traficantes em detrimento de cidadãos e policiais. Relatou ataques violentos a viaturas e mortes de policiais no Pará e no Rio de Janeiro, classificando a situação como operações de guerra realizadas por facções criminosas como o Comando Vermelho e o PCC. Criticou também Governadores de Estados como Pará, Bahia e Maranhão por não protegerem a população e enfatizou que a população e os policiais estão pagando o preço do aumento da criminalidade, mesmo com a presença de milhares de agentes durante eventos como a COP30.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Lula da Fonte, obrigado pela oportunidade.

Quero comunicar ao Brasil a minha indignação. A partir do momento em que o descondenado Lula resolveu proteger os traficantes em vez de proteger os usuários, o Brasil se tornou um caos. No Rio de Janeiro, estamos tendo hoje uma operação de guerra, com policiais sendo mortos, com traficantes usando *drones* para soltar bombas em policiais. E no Pará não é diferente.

Atenção, Estado do Pará! Atenção, Brasil! Três viaturas foram atacadas no Pará. É ataque soviético. Os bandidos estão metralhando viaturas no Estado do Pará. Chegaram a matar um subtenente ontem. Isso é uma vergonha para os Governadores comunistas. Cito o da Bahia, o do Maranhão e Helder Barbalho, que não protege o seu povo.

Nós estamos vendo os índices de criminalidade aumentarem a todo momento, policiais sofrerem ataque soviético. A polícia não sabe mais o que fazer, e ninguém diz nada. Hoje nós temos mais de 9 mil homens, em virtude da COP 30, mas nem isso está espantando o pessoal do Comando Vermelho, o pessoal do PCC, que a Esquerda sempre defende, que comunistas como Helder Barbalho sempre defendem. E quem paga por isso é a população, quem paga por isso é a polícia.

Obrigado, Presidente.

Documento 17/22

236.2025

Sessão Ordinária - CD

29/10/2025-10:56

Publ.: DCD - 30/10/2025
97

- Carla Dickson-UNIÃO -RN

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



A Deputada manifestou solidariedade às famílias das vítimas da operação policial no Rio de Janeiro, especialmente aos quatro policiais mortos, a quem chamou de “heróis”. Elogiou a ação das forças de segurança e criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que a medida protege a população das favelas dos policiais, mas não dos traficantes, o que teria fortalecido as facções criminosas. Além disso, classificou a situação do Rio como “digna de terrorismo internacional” e acusou o Governo Lula de permitir o avanço do narcotráfico, afirmado que o país estaria se tornando “uma federação de narcoestados”. Também acusou o STF de agir com parcialidade e de proteger aliados do Presidente. Também criticou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), alegando que o evento ignora a devastação ambiental e a perfuração de poços de petróleo na Amazônia. Por fim, repudiou a Medida Provisória nº 1.304, de 2025, que altera disposições sobre a Política Energética Nacional, criando, segundo ela, barreiras a investimentos em energia solar e prejudicando o setor elétrico.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu venho aqui me solidarizar com os familiares dos mortos ontem no Rio de Janeiro, principalmente com os dos quatro heróis policiais que perderam suas vidas em serviço.

Ontem foi uma verdadeira faxina que a Polícia Militar, a Polícia do Rio de Janeiro fez. E eu fiquei observando a situação. Eu conheço o Rio de Janeiro, já morei lá. Por que há tantos anos sofrem com isso? E veio à mente a ADPF, do Supremo Tribunal Federal, que protege a população dos policiais, mas que se esqueceu de proteger a população dos traficantes, que cada vez mais têm as suas armas, os armamentos dignos de guerra, dignos de terroristas.

Opa! O Governo Lula não quer chamar os seus amigos traficantes de “terroristas”, mas é isso que são. O que está acontecendo no Rio de Janeiro é digno de terrorismo internacional.

Uma das coisas que essa ADPF fez, além de propiciar a proteção da população contra os policiais, mas não contra o traficante, foi propiciar o crescimento das facções. O Brasil hoje, do desgoverno Lula, está se transformando em uma verdadeira federação composta por narcoestados.

Vejam os Estados que são governados pela Esquerda — Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte —, onde em muitos lugares nós somos proibidos de entrar e só entramos com a autorização do chefe do local. E é crime por crime. Eu observo que o STF, se fosse alguém da Direita, daria 24 horas para explicações. Cadê a celeridade, cadê o prazo de 24 horas para que dê explicações quem roubou os aposentados e pensionistas? Pelo contrário, o STF blinda o irmão do Lula lá na CPMI do INSS. Dois pesos e duas medidas.

Há outra coisa de que eu quero falar, rapidamente: a mentira da COP 30. A COP 30 é um evento para se discutir clima, mas nós observamos a devastação



da Amazônia. Parte da Amazônia está sendo devastada para se construírem estradas. Nós observamos perfuração de poço de petróleo que acaba com a biodiversidade, e ninguém fala nada.

E, para piorar, temos a ação mais nociva de todas, a Medida Provisória nº 1.304, de 2025, que revisa a legislação do setor elétrico e cria barreiras para quem investiu ou quer investir em energia solar.

Documento 18/22

236.2025

Sessão Ordinária - CD

29/10/2025-11:20

Publ.: DCD - 30/10/2025 - 105

Delegado Éder Mauro-PL -PA

BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado condenou os discursos de Parlamentares da Esquerda que criticaram a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), afirmando que o País vive um “narcoestado” e responsabilizando o Governo Federal por negligenciar o combate ao crime organizado. Denunciou ainda a cobrança de “taxas de crime” por facções e acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de restringir a atuação policial nas comunidades. Ademais, repudiou a declaração do Presidente da República sobre os traficantes serem vítimas dos viciados. Além disso, lamentou a morte de quatro policiais e elogiou a apreensão de 93 fuzis. Ao final, criticou a insegurança pública no Pará e denunciou o desvio de recursos da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (COP-30).

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero me dirigir a todos os colegas Parlamentares que se fazem presentes. Acabei de ouvir um Parlamentar da Esquerda se pronunciar, como vários outros, inclusive no dia de ontem, em defesa dos bandidos quer foram mortos no Rio de Janeiro. São inclusive Deputados que moram no Rio de Janeiro, que são da base do Rio de Janeiro, mas parece que não têm conhecimento do que está acontecendo neste País, em específico no Rio de Janeiro e em São Paulo, que são exatamente os polos das organizações criminosas que se alastram por todo este País.

Ontem, eu ouvi Deputadas do Rio falarem que a operação, como foi dito ainda há pouco, foi desastrosa, que matou pessoas inocentes.

Eu quero dizer a V.Exas., Srs. Deputados da extrema esquerda, que nós brasileiros estamos hoje vivendo um verdadeiro narcoestado e que este



Governo que aí está é, sim, um dos responsáveis. Organizações hoje cobram taxa de crime em todo este País, cobram transporte, internet, gás. Tomam conta do País. Lavam dinheiro na cara dura, na cara de vocês, simplesmente com rede de motéis, com venda de veículos, com postos de gasolina. E vocês não fazem absolutamente nada e ainda querem botar goela abaixo uma PEC para tentar centralizar a segurança pública na mão única e exclusiva do Governo Federal.

Os traficantes têm, sim, a petulância de usar inclusive *drone* que joga bomba, joga explosivo em cima dos policiais, Deputado Fahur, coisa que ocorreu simplesmente porque este Governo deixou acontecer. E, quando falam que o Governo não é responsável, que o Supremo não é responsável, eu digo que são sim. O Governo é responsável porque nega ao Estado do Rio de Janeiro apoio para que a operação pudesse ser melhor ainda; e o Supremo, porque parte dele nega e proíbe o apoio da polícia dentro dos morros, o que caberia a este Supremo fazer para defender as pessoas de bens, e não os bandidos. Isso nós não podemos aceitar.

O que se pode esperar de um governo desses ou de uma segurança pública quando a gente tem sentado na cadeira de Presidente da República um bandido, um delinquente, um ex-presidiário, um cara que simplesmente veio para este País colocado à força, goela abaixo, para o povo brasileiro? Disso todo mundo sabe.

Este Presidente, minha gente, é um canalha. Ele tem a petulância de vir a público dizer que os traficantes são vítimas dos viciados. Isso nós não podemos aceitar de jeito nenhum. Ele fala uma asneira dessas porque não tem na casa dele, na família dele, um viciado. Ele não tem um filho viciado, como muitos pais e mães que estão me ouvindo agora. Quando isso acontece na família, não destrói só o filho, destrói a família como um todo. E um Presidente desses diz que os traficantes são vítimas dos viciados! Esse absurdo nós não podemos aceitar.

Não tenho a menor dúvida, das três uma: ou este Presidente não tem um filho viciado, ou este Presidente faz parte — e cada vez mais o seu Governo demonstra isto —, está ligado às organizações criminosas, ou este Presidente tem que ser submetido a uma junta de psiquiatras e ser interditado. Que ele fale a asneira de que traficante é vítima de viciado nós não podemos aceitar.

Eu sei que cada pai, cada mãe que nos ouve, sabe do que eu estou falando. Quando eu estava como polícia, eu ouvi uma mãe dizer que ela teria colocado veneno na comida do filho a pedido dele, porque ele queria morrer. E nós como representantes do povo não podemos aceitar que o homem que senta na cadeira máxima deste País diga que o traficante é vítima do viciado. Esse absurdo todos nós não podemos aceitar.

Eu quero lamentar só uma coisa dessa operação — e destaco a coragem do Governo do Rio de Janeiro em fazer essa operação. Eu quero lamentar a morte dos quatro policiais, pais de família, que saíram da sua casa de madrugada para



fazer a lei prevalecer e perderam a vida. Deixaram esposa ou esposo e filhos, em nome da lei, em nome do que tinha que ser feito, porque esse Governo não faz.

Parabenizo a operação pelas mais de cem armas apreendidas — e não foram só revólveres ou pistolas, foram 93 fuzis. Esse Governo deixou e deixa, cada vez mais, os traficantes se aparelharem. Parabenizo a operação pelos mais de 120 energúmenos, estrumes, que foram mortos e tirados do seio da sociedade de bem deste País. Isso, sim, é que nós temos que parabenizar.

Tenho que dizer ao Governador do Rio de Janeiro e a cada policial que participou dessa ação no Rio de Janeiro: vocês cumpriram o papel de vocês. É isso que a sociedade espera de cada um de vocês.

E não é diferente. Eu quero aqui levar para o meu Estado, o Pará, porque o que acontece no Rio de Janeiro não é diferente, proporcionalmente, do que está acontecendo no Estado do Pará. Lá também o Governador vive dentro do seu condomínio fechado, com viatura policial na frente do condomínio, andando de carro blindado, cheio de segurança armada. Ele não está nem um pouco preocupado com o povo paraense, onde as organizações criminosas estão também cobrando taxa de crime até de mototáxi.

Então, Deputado Fahur, o que acontece no Estado do Pará — inclusive, nesta semana, um grupo de quinze homens armados com fuzil metralharam um carro da Polícia Militar que passava no Município de Ananindeua — está demonstrando o que é o Governo daquele Estado. Ele simplesmente gasta o dinheiro da COP 30, que muitos trazem aqui como se fosse a solução para o Estado do Pará, para a Grande Belém, um legado. Mais de 5 bilhões de reais colocados lá vão ruelas abaixo, vão pelo ralo, vão para os bolsos daqueles que estão administrando esse dinheiro, porque, para a Grande Belém, quase nada vai ficar. Haverá duas avenidas maquiadas para que esse evento aconteça.

Minha gente, a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Pará está lastimável, pelos gestores que têm.

Quero aqui deixar meus parabéns e meu apoio ao Governo do Rio de Janeiro. Espero que não recuem um centímetro, nem sequer um centímetro, porque o povo vai vigiar qualquer ação do Governo Federal ou do Supremo em relação às ações da Polícia Militar e da Polícia Civil, que, de forma honrosa e gloriosa, cumpriram seu papel esta semana no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

O Deputado anunciou a presença de uma delegação de Marília (SP) que se dirigia à COP 30 de bicicleta. Destacou o ciclista Ademar Aparecido de Jesus, conhecido como Dema, acompanhado do Pastor Marcos Jordão e de Rafael Giovanetti Teixeira. Informou que o grupo percorreu diversas cidades promovendo mensagens sobre a importância do respeito ao meio ambiente. Afirmou apoiar a iniciativa e afirmou que ações como essa demonstravam o compromisso de cidadãos com causas sustentáveis. Saudou os visitantes e expressou reconhecimento pela presença deles na Câmara dos Deputados.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar a presença de uma delegação muito especial, que veio diretamente de Marília e depois vai para a COP 30. Mas eles vão de uma forma especial: vão de bicicleta, Sr. Presidente.

Aqui está o nosso querido Ademar Aparecido de Jesus, o velho Dema, que é o ciclista, e ele tem o apoio do Pastor Marcos Jordão e do Rafael Giovanetti Teixeira. Essa é uma meta a ser cumprida, Sr. Presidente, e uma meta que nós estamos apoiando. Eles estão passando pelas cidades e falando da importância do respeito ao meio ambiente. Afinal de contas, no Brasil pode-se fazer de tudo.

Eu quero saudá-los.

Querido velho Dema, vocês significam esta Casa com a sua presença.

Obrigado, Presidente.

Documento 20/22

236.2025

Publ.: DCD - 30/10/2025 - 273

Sessão Ordinária - CD

29/10/2025-17:56

Maria do Rosário-PT -RS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada agradeceu ao Presidente da Câmara pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, e ao Deputado Túlio Gadêla pelo relatório e compromisso com meio ambiente, bem como a todas as Lideranças partidárias pelo acordo que permitiu a votação. Destacou que a prioridade central era o Brasil e o interesse público, com foco na preservação dos recursos hídricos e na proteção ambiental e humana. Ressaltou ainda a importância da matéria às



vésperas da COP 30 e agradeceu ao movimento ambientalista brasileiro pela concepção da proposta. Enfatizou também que preservação ambiental constitui responsabilidade coletiva, não apenas pelo contexto da conferência climática, mas pela necessidade de futuro com qualidade, bem-viver, dignidade e diversidade.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer ao senhor, em primeiro lugar, por termos conquistado aqui esta pauta. De fato, V.Exa. tinha dito que seria amanhã, e, Deputado Túlio Gadêlha, conseguimos ainda votar hoje. Agradeço ao Deputado Túlio Gadêlha o relatório importante, seu compromisso com o meio ambiente, e agradeço a todas as Lideranças partidárias. Foi um acordo de toda a Câmara, o que mostra que é possível construirmos acordos naquilo que temos como prioridade.

Vejamos que a prioridade aqui é o Brasil, o interesse público, a preservação dos recursos hídricos, a vida no seu sentido de proteção ambiental e humana, que se confundem. Às vésperas da COP 30, os coautores e eu, que apresentei esta matéria, agradecemos também a concepção dela a partir de importantes lideranças do movimento ambientalista brasileiro.

Viva as águas do Brasil! Que as preservemos acima de tudo! A preservação ambiental é uma responsabilidade de todos e todas nós. Deve ser um compromisso não apenas porque estamos sediando a COP 30, mas porque queremos ter um futuro para a humanidade, um futuro com qualidade, com bem-viver, com dignidade, com diversidade. Aprendemos com os povos indígenas; vamos aprender cada vez mais. Vamos preservar. Viva este momento importante em defesa da natureza, dos rios e das águas!

Obrigada.

Documento 21/22

237.2025

Publ.: DCD - 31/10/2025 - 91

Sessão Ordinária - CD

30/10/2025-15:20

Danilo Forte-UNIÃO -CE

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado enfatizou importância do momento para economia brasileira e imagem do País, que sedia a COP 30, diante de desafio extraordinário de transição energética. Apontou que Brasil possui riqueza de condições para gerar diversificadas energias, exigindo política clara de prioridades alinhada com preocupações globais sobre aquecimento climático e mudança do clima. Criticou pressa excessiva na votação da Medida Provisória (MPV) nº 1.304, de



2025, de complexidade extraordinária, envolvendo agentes de grande porte — geração, transmissão e distribuição — e sistema ainda anacrônico na distribuição. Apontou retrocesso na viabilidade de geração quando se priorizam térmicas a carvão, ampliando subsídios em momento de ajuste fiscal, prejudicando metas fiscais e geração saudável de energia. Evidenciou também contradição entre sediar COP 30 e facilitar aprovação de matéria prejudicial à agenda positiva de transição energética. Além disso, solicitou revisão do Destaque nº 1 para estabilidade do desenvolvimento, ressaltando que problemas energéticos do Nordeste devem resolver-se com fontes solares e eólicas, não com térmicas a gás ou carvão. Criticou postura contraditória do Governo quanto à atração de investimentos em data centers ao matar geração renovável. Por fim, solicitou emenda aglutinativa para suprir deficiência, permitindo continuidade de projeto que coloca Brasil na vitrine mundial de transição energética.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de um momento muito importante para a economia do Brasil, para a imagem do Brasil perante o mundo: vamos sediar aqui a COP 30, um desafio extraordinário.

Nós temos capacidade de gerar energias as mais diversificadas possíveis. Talvez sejamos um dos países do mundo com maior riqueza e condições de gerar energia. Para isso, é necessário que tenhamos uma política muito clara de prioridades.

Dentro das prioridades do mundo hoje, é central a preocupação com a transição energética. Estamos vendo o discurso da preocupação com o aquecimento global, com a mudança do clima. Tudo isso reflete na vida e no dia a dia das pessoas. Tudo isso cria situações de desconforto para que possamos ter um clima saudável e condições de desenvolvimento humano e social.

Nesta pauta de hoje, o que nós percebemos foi, primeiro, uma pressa, uma agilidade muito grande na votação da matéria, que tem uma complexidade extraordinária, porque os agentes envolvidos são muito grandes, a geração, a transmissão, a distribuição. Tudo isso precisa ser agregado ou não para dar consistência ao sistema. Essa é uma operação de sistema hoje superada por falta de desenvolvimento tecnológico. O país que tem o maior sistema integrado nacional de distribuição de energia, que é o Brasil, tem um sistema ainda anacrônico, talvez até analógico, de fazer o acompanhamento dessa geração.

Foi exatamente em função das perturbações que o sistema teve, devido a esse excesso de geração em alguns momentos, que precisamos ter uma racionalidade entre a produção, a geração e a transmissão. Dentro desse princípio, o que nós vimos — inclusive com o patrocínio do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que fez cortes aleatórios de energia, com o País gerando energia limpa e saudável, e, em detrimento dessa energia, priorizou a



energia térmica, a energia que emite carbono, que produz calor — foi um estado de perplexidade. Perplexidade por quê? Porque o Brasil estava avançando na pauta, o Brasil estava avançando inclusive, agora, na atração de novos investimentos para essa demanda de energia. E estão batendo à nossa porta as instalações de *data centers* no Nordeste, está batendo à nossa porta a possibilidade de avançarmos na pauta do hidrogênio verde. No entanto, nós estamos retrocedendo, andando para trás, na viabilidade dessa geração, quando se priorizam térmicas. E o pior é a forma como isso está sendo colocado, ampliando os espaços da térmica a carvão, que estava prevista para 2030, para 2040, o que gera mais subsídio, num momento em que todo mundo clama por ajuste fiscal, por cumprimento de meta fiscal.

Então, da forma como está sendo colocado, nós não vamos sequer alcançar o equilíbrio fiscal e muito menos ter uma geração saudável de energia. Por quê? Porque nós estamos matando os investimentos em eólica e em solar no Nordeste e priorizando as térmicas, inclusive as térmicas a carvão, para salvar o passado de uma indústria que tem mais de 100 anos e que, com todas as condições que lhe foram dadas, não conseguiu evoluir para uma energia sem emissão de carbono.

Meus amigos, eu acho que temos que ter uma preocupação muito grande para não cairmos na contradição do discurso em que nós sediamos aqui a COP 30, anunciamos para o mundo que temos uma matriz energética saudável, e, ao mesmo tempo, a Câmara dos Deputados facilita a aprovação de uma matéria que vai exatamente prejudicar toda a agenda positiva que nós estamos tentando construir.

Então, nós temos essa observação. E aqui lhe peço, Presidente Hugo Motta, que possamos rever inclusive o Destaque nº 1, porque ele trata exatamente da necessidade de dar estabilidade a esse processo de desenvolvimento.

Não esperemos nós que o problema da energia do Nordeste, na Paraíba ou no Ceará, vá ser resolvido com termelétrica a gás, porque nem a Paraíba nem o Ceará tem gás suficiente para mover termelétrica. Temos que importar. E o custo é muito mais alto. Nós vamos resolver isso onde? No sol que está em Patos, no sol que está em Itapajé, no vento que está em Campina Grande, no vento que está na Chapada do Apodi. E é isso que nos dá condições de sonhar com um futuro promissor para a nossa região.

E esse desafio foi colocado quando a gente apresentou o Destaque nº 1. Infelizmente, no açodamento do processo, a gente não conseguiu fazer o entendimento necessário do que isso chama a atenção para hoje.

E, ao mesmo tempo, Deputado Pedro Uczai, o Governo não pode patinar nessa escolha. O Governo, que tem um discurso de transição energética, que tem um discurso de atrair investimentos para essa área, que inclusive está viabilizando — e, aqui, saúdo positivamente a postura do Ministro Geraldo Alckmin, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — os *data centers* na ZPE do Estado do Ceará, não pode cometer exatamente um ato



contraditório, na medida em que está matando exatamente quem vai dar o subsídio, os insumos para a atração desse investimento de mais de 50 bilhões de reais.

Talvez, o maior investimento em construção do Brasil vai ser nesses *data centers* na ZPE do Pecém. No entanto, fica inviabilizado, porque nós não estamos dando estabilidade para a geração futura. Em vez de priorizarmos a matriz verde, a matriz renovável, nós estamos priorizando exatamente a matriz cinza, a matriz das térmicas a gás e, infelizmente, até mais atrasadas ainda, as térmicas a carvão.

Então, eu acho que é importante rever essa situação. É importante, inclusive, que o Governo do Presidente Lula, que tem essa preocupação e sido sensível a esse problema, não deixe que nós, aqui, caiamos nessa contradição.

Além de tudo isso, existe a preocupação com a conta, porque, de um lado, você limita a CDE, mas, de outro lado, você continua estimulando subsídios, continua estimulando energia cara, em detrimento do consumidor. Então, na conta final, isso vai aumentar o preço para o consumidor cativo. E o consumidor cativo é que vai ficar responsável por todo o sistema, como já está colocado no texto, em que a energia eólica, energia solar paga o investimento em energia térmica. Isso é a contramão de tudo, é a negação de todo o projeto de transição. Por quê? Porque está muito claro no texto que tanto baterias como térmicas seriam subsistência, pagamento exatamente às fontes geradoras de energia limpa.

Então, é um questionamento que precisa ser feito, porque, senão, a gente pensa que está fazendo certo e vai terminar fazendo errado. E, de novo, vão querer responsabilizar o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro exatamente por essa omissão. Ainda há tempo de a gente restituir essa situação. Ainda há tempo de a gente salvar, pelo menos, o princípio nosso, que é o fortalecimento das energias do sol e do vento em detrimento das energias térmicas, que são energias superadas no mundo inteiro.

Enquanto o mundo está desligando as térmicas, nós estamos patrocinando aqui o financiamento e o pagamento de subsídios a essas térmicas, a partir, inclusive, dos pequenos geradores de energia solar e de energia eólica no Nordeste.

Eu peço ao Sr. Presidente e aos demais Líderes que tenham a compreensão da necessidade de fazermos uma emenda aglutinativa capaz de suprir essa deficiência, para darmos continuidade a esse projeto que tem colocado o Brasil na vitrine do mundo da transição energética.

Obrigado, Sr. Presidente.



21.2025.N	Sessão Ordinária - CD	30/10/2025-11:56
Publ.: DCN - 31/10/2025 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2025, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Cultura, do Esporte e da Integração e do Desenvolvimento Regional, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.151.590.306,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Parabenizou a bancada do Distrito Federal e defendeu o entendimento de que a segurança da capital é responsabilidade nacional. Ressaltou que o texto aprovado abre mais de 2 mil vagas para Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Em seguida, ressaltou que o Congresso vive um dia de “orgulho nacional” ao aprovar medidas consideradas estruturantes para a população de baixa e média renda. Apontou como avanço a isenção permanente do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, além da redução para faixas até R\$ 7.350. Afirmou que a decisão corrige distorções históricas e beneficia diretamente trabalhadores de menor renda. Elogiou também o acordo que estruturou o novo marco para contingenciamentos, apontando maturidade institucional e capacidade de diálogo entre diferentes forças políticas. Por fim, mencionou o início da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), convidando os colegas para o evento e afirmou que a cidade está preparada para receber delegações de todo o mundo.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Meu vizinho de Estado, Senador Davi Alcolumbre, quero cumprimentá-lo e, na pessoa de V.Exa., todos os colegas do Senado e nossos colegas aqui da Câmara dos Deputados.

Para quem não sabe, quando falo "meu vizinho" é porque o Pará e o Amapá já foram um único Estado. Senador Alcolumbre, quando eu presidia a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ela tinha o nome de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá, e ajudei a desmembrá-la, como dirigente da Contag, criando a federação específica do Amapá. Então, é uma honra muito grande estarmos aqui sendo presididos por V.Exa.

Ao mesmo tempo, chego aqui embalado por sua fala de valorização do que está ocorrendo hoje neste Congresso Nacional. Acho, meu vizinho, Senador Davi Alcolumbre, que hoje é um dia em que estamos orgulhando o povo brasileiro.

Antes de entrar no PL em debate, quero ressaltar a nossa evolução. Eu poderia, como Deputado da base do Governo, dizer que hoje é um dia de alegria para o Presidente Lula, para o Governo do Presidente Lula, mas acho que não é isso.



Hoje é um dia de alegria para as pessoas de baixa renda; hoje é um dia de alegria para aquelas que ganham até 5.000 reais, e para as que ganham de 5.000 reais a 7.350 reais, porque vão ter isenção e redução do Imposto de Renda. Por que a alegria? Porque evoluímos, e esta isenção não terá um prazo limitado a 5 anos, foi aprovado hoje que será permanente. Evoluímos também, porque foi deliberado aqui o arcabouço jurídico para quando for preciso o contingenciamento. Isso orgulha o Congresso; isso orgulha o povo brasileiro.

Nós evoluímos e chegamos a esse entendimento, para trazermos e aprovarmos aqui resoluções importantes.

Eu estava até anotando e quero, nas pessoas da Senadora Leila Barros e da Deputada Erika Kokay, parabenizar a bancada do Distrito Federal. Quantas vezes eu escutei nesses corredores: *"Mas o que nós dos outros Estados temos a ver com o DF?"* Temos tudo a ver, nós somos um País! Nós somos Deputados Federais e Senadores que pensam no País! São mais de 2.070 vagas para a segurança pública do DF, que cuida do Brasil, inclusive aqui do Congresso, da Esplanada.

Então, parabéns à bancada do DF! Parabéns ao conjunto dos Parlamentares que aprova a matéria! Nós estamos aqui para ressaltar esta aprovação e dizer que isso representa um pensamento de Estado, um pensamento importante.

Nós também estamos aprovando aqui — por isso vimos fazer esta defesa — a suplementações para outros órgãos. Eu diria: não há outro caminho a não ser fazer a boa política neste País. Não há outro caminho a não ser não valorizar nossas diferenças, e, sim, valorizar nossas convergências, porque quem ganha com isso é o povo brasileiro.

Hoje, o Congresso Nacional dá um recado: é possível, com pensamentos diferentes, com partidos diferentes, com ideologias diferentes, evoluirmos para resoluções quase consensuais, ou aprovadas por ampla maioria, em benefício do povo brasileiro.

Termino dizendo a V.Exas. que no dia 1º começa a COP 30, com um grande *show* à noite, na nossa querida Capital das Mangueiras, que virou a capital da COP, a capital mundial do maior evento climático do mundo, Belém.

Eu lhe agradeço, Presidente.

Faço um convite a todos para que estejam conosco na COP 30. Até os hotéis já abaixaram os preços das diárias. Melhorou a coisa lá. Estaremos de coração aberto, recepcionando todos os colegas do Brasil inteiro que vão estar junto conosco nessa maravilhosa COP 30.

Obrigado.

